

Uma análise dos nós, redes e tessituras em uma iniciativa de Turismo de Base Comunitária de uma Comunidade Tradicional de Mato Grosso do Sul

An analysis of nodes, networks, and textures in a Community-Based Tourism initiative of a Traditional Community in Mato Grosso do Sul, Brazil

Geraldino Carneiro de Araújo ¹ 

Patricia Zaczuk Bassinello ¹ 

Milton Augusto Pasquotto Mariani ¹ 

Resumo

Este artigo analisa os nós, redes e tessituras em uma iniciativa de Turismo de Base Comunitária de uma Comunidade Tradicional do Pantanal-Sul, especificamente a Associação de Mulheres Artesãs Comunidade de Barra de São Lourenço - Renascer, composta por indígenas Guató. Adotamos a pesquisa-ação-participativa combinada com a abordagem territorial e com a história oral, para coletar narrativas e saberes das artesãs indígenas. A pesquisa revela que os nós são os pontos de articulação do conhecimento ancestral e da identidade, como a própria sede da Associação (representados pelas técnicas de artesanato como o trançado). As redes são as conexões de solidariedade, compartilhamento de saberes e de interdependência com o meio ambiente (representadas pela técnica tramado no artesanato). Por fim, a tessitura mostra-se como um tecido social e espacial dinâmico, que reflete a luta por reconhecimento e a capacidade de adaptação, permitindo que as práticas se renovem sem que as raízes culturais sejam perdidas (representada pelas técnicas de artesanato como o entrelaçado). A análise aponta que a parceria com agências de turismo gera novas dinâmicas econômicas, mas também cria uma dependência comercial. Assim, reforçamos a importância de compreender essas estruturas para fortalecer a autonomia e a autodeterminação das comunidades.

Palavras-chave: território; comunidade indígena; Pantanal; artesanato.

Abstract

This article analyzes the nodes, networks, and textures within a Community-Based Tourism initiative of a Traditional Community in the Southern Pantanal, specifically the Association of Artisan Women of the Barra de São Lourenço Community - Renascer, composed of Guató Indigenous people. We adopted a participatory action research

¹Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Escola de Administração e Negócios. Campo Grande, MS, Brasil. E-mails: geraldino.araujo@ufms.br; patricia.zaczuk@ufms.br; milton.mariane@ufms.br

approach combined with territorial analysis and oral history to collect narratives and knowledge from the Indigenous artisans. The research reveals that the nodes are the points of articulation for ancestral knowledge and identity, such as the Association's headquarters itself (represented by crafting techniques like braiding). The networks are the connections of solidarity, shared knowledge, and interdependence with the environment (represented by the weaving technique in the crafts). Finally, the texture is shown to be a dynamic social and spatial fabric that reflects the struggle for recognition and the capacity for adaptation, allowing practices to be renewed without losing cultural roots (represented by crafting techniques like intertwining). The analysis indicates that the partnership with tourism agencies generates new economic dynamics but also creates a commercial dependency. Thus, we reinforce the importance of understanding these structures to strengthen the autonomy and self-determination of these communities.

Keywords: territory; indigenous community; Pantanal; handicrafts.

Contextualizando

O território é o produto da relação homem e o meio físico e o social, a construção histórica dos atores em um espaço. Assim, o território surge do acontecer histórico das pessoas incluindo as territorialidades. Tal concepção permite uma leitura do território com foco no processo da territorialização dos atores no espaço (Saquet, 2009; Morais, 2018). Assim, envolve a relação do homem com o espaço no decorrer de sua vida, carregando e refletindo dinâmicas culturais, econômicas e políticas da sociedade no curso de sua existência no mundo. O conceito de território assume um papel crucial para compreensão das relações de poder nas entranhas dos processos de apropriação do espaço (Moraes, 2000; Santos; Silveira, 2001).

Alguns trabalhos destacam aspectos metodológicos da abordagem territorial. Para Rambo e Filipi (2012) o desenvolvimento do território remete às relações de poder e mais recentemente, dois trabalhos de Saquet (2014, 2018) discutiram a abordagem territorial, um destaca o aspecto relacional e acrescenta o caráter histórico, deixando claro que o território se forma de modo não linear, por meio das relações que se constroem nos diferentes momentos históricos dos indivíduos. Já outro, acrescenta as questões de conflitos e heterogeneidade que também compõem o território. Dentre todas as questões mais abrangentes, a perspectiva relacional é a que mais se destaca (Moura; Moreira, 2014). É preciso compreender as relações que se formam nos territórios. Fuini (2014) propõe elementos metodológicos multidimensionais (organização, produção, trabalho,

impactos ambientais, pertencimento, etc.) que consideram os atores e as relações.

Nesse contexto, Raffestin (1993) coloca que os nós representam pontos estratégicos dentro de uma rede, onde diferentes elementos se conectam. Sua interação com outros componentes cria um sistema dinâmico de interdependências. As redes, por sua vez, correspondem ao conjunto de conexões que ligam esses nós. Elas não são neutras: são atravessadas por relações de poder que influenciam sua intensidade, acessibilidade e hierarquia. As tessituras referem-se à forma como as redes se entrelaçam, formando uma malha complexa que organiza o território - um tecido geográfico, com zonas de maior densidade e conectividade, áreas periféricas e marginalizadas.

Dessa forma, a visão de Raffestin (1993) nos convida a pensar o espaço como um sistema vivo e relacional, no qual os nós, redes e tessituras desempenham papéis fundamentais na construção de territórios e na reprodução das relações de poder. Essa abordagem nos permite compreender a geografia como um campo de análise das interações humanas e das estruturas que organizam o mundo. Surge a questão: Como uma comunidade tradicional constrói/reconstrói seu território e reproduz as relações de poder?

Esse texto propõe analisar os nós, redes e tessituras em uma iniciativa de Turismo de Base Comunitária de uma Comunidade Tradicional do Pantanal-Sul. As comunidades tradicionais constroem e estruturam seus territórios a partir de uma lógica própria, baseada em relações de reciprocidade, pertencimento e interdependência com o meio natural e social. No Turismo de Base Comunitária, tal abordagem evidencia a importância de práticas de turismo que não apenas minimizem impactos negativos, mas que fortaleçam os modos de vida locais, promovam justiça territorial e contribuam para a autodeterminação das comunidades (Little, 2004).

Fundamentando

O território pode ser analisado a partir de diferentes dimensões, como das relações de poder, mas também como sendo o palco de ligações afetivas e de identidade entre os atores sociais com seu espaço (Souza; Pedon, 2007). Isso é salientado por Saquet (2006), ao afirmar que não se deve esquecer a multidimensionalidade, sendo o território o resultado de relações de poder do Estado, sistema de empresas, organizações e de indivíduos, isto é, os atores sociais, em diversas dimensões, que constituem redes. De

acordo com Saquet (2015) a abordagem multidimensional compreende que o território é fruto das diferentes relações de poder, de conflitos, de desigualdades, de redes, entre outros diferentes aspectos que abrangem relações econômicas, políticas e culturais. Bolígian e Almeida (2003) expuseram a perspectiva político-econômica (objetos, formas e ações dos atores sociais compreendidos historicamente) e simbólico-afetiva do território (nas experiências vividas, nas relações com o meio ambiente, nos sentimentos, símbolos, identidades e culturas).

O território não é apenas material, ele é a história, a cultura, a identidade, os símbolos e o ambiente, e é nele que se constrói as relações de pertencimento. Os atores sociais transformam o espaço em território no sentido de território de vida, e dessa forma elaboram territorialidades, que são sua condição de existência. As territorialidades constituem, portanto, em um conjunto de ações e práticas dos sujeitos coletivos locais no território, elas possibilitam caminhos para compreender como os atores se organizam no espaço e o transformam em território (Morais, 2018). No campo da antropologia, Little (2004) define a territorialidade como sendo um acúmulo do esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar e pertencer a uma parcela específica de seu ambiente de vida, convertendo esse espaço em seu lar, seu território. Tem-se, então, que o território é uma construção social, histórica, de relações e territorialidades, que se constitui dos processos de apropriação de um espaço pelas pessoas que o dominam. Ele resulta do processo de territorialização e das territorialidades que surgem nas relações vivenciadas pelos sujeitos, pelos grupos, pelos agentes sociais no espaço-tempo (Ferreira, 2014).

Contudo, deve-se considerar que os diferentes grupos sociais possuem expressivas particularidades que por vezes são generalizadas. Isso já era constatado em Almeida (1989), ao concluir que a diversidade territorial envolvia as "terras de preto", "terras de santo" ou "terras de índio", assim como também é destacado por Diegues *et al.* (2000) ao afirmarem que existem diferentes formas de territorialização em comunidades de açorianos, babaqueiros, caboclos, caiçaras, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, sertanejos e varjeiros. Mais recentemente, Svampa (2016) e Haesbaert (2020) também versaram sobre comunidades com formas de territorialização bastante específicas.

De maneira geral compreende-se ribeirinhos como um povo que constrói sua identidade territorializando espaços em torno da pesca, sua atividade principal. Bicalho,

Hoefle e Araújo (2020) ampliam essa noção ao trazerem que ribeirinhos (especificamente os pantaneiros do Mato Grosso do Sul) exercem atividades de pesca, agricultura de alimentos básicos de pequena escala, caça e coleta. Wagner, Silva e Hilbert (2020) constatam que ribeirinhos se apropriam dos espaços e os territorializam a partir do trabalho em torno dele. Além disso, os autores apontam para um aspecto de adaptação do pescador, considerando que a pesca sofre mudanças sazonais em acordo com os períodos da natureza.

Essa sazonalidade, por vezes, faz com que os ribeirinhos alternam entre a pesca e a agricultura. Araújo *et al.* (2023) versam sobre famílias ribeirinhas que conversam e se adaptam com o turismo no Pantanal, utilizando a produção do mel como uma forma de gerar renda extra, o que gera novas dinâmicas com o território. A mudança é vista nas relações com o território, e novas territorialidades surgem disso, gerando novos costumes e novas identidades (Wagner; Silva, 2021). Percebendo os fenômenos que fazem parte das rotinas com o seu espaço, os pescadores se (re)articulam com o espaço, em um movimento de constante territorialização e construção de novas territorialidades (Silva, 2018). Que vai ao encontro do que Saquet (2014) considera uma característica do território: a não-linearidade.

As novas territorialidades também estão ligadas às relações sociais e culturais, além das atividades diárias do homem na natureza. Nesse sentido, são o desenrolar das atividades e relações efetuadas no território, ela corresponde ao cotidiano presente no trabalho e na adaptação dele (Bicalho; Hoefle; Araújo, 2020; Wagner; Silva, 2021). Estão ligadas ao dia-a-dia e ao lugar de vivência dos indivíduos e dos grupos. Trata-se, do reflexo da organização, produção, relação com meio ambiente e construção da identidade (Ferreira, 2014). Tem-se, então, características marcantes sobre a compreensão do território. Ele é construído de forma histórica, relacional e não linear, é composto por atores sociais que encontram, organizam, produzem e se reproduzem socialmente gerando territorialidades (relações) que se manifestam de forma multidimensional. Esses elementos remetem à abordagem territorial (Saquet, 2014). Segundo Morais (2018), essa abordagem permite compreender como se dá o controle do território, as estratégias utilizadas pelos atores sociais e as relações ao longo do tempo. Inspirando-se nas reflexões de Raffestin (1993) sobre o espaço como um sistema relacional, podemos compreender essas comunidades a partir da interação entre nós, redes e tessituras.

- Os **nós** representam os pontos centrais da vida comunitária. Podem ser aldeias, quilombos, terreiros, centros de saberes ou até mesmo líderes e anciões que articulam conhecimentos e práticas. Esses nós não são apenas físicos, mas também simbólicos, pois carregam memórias, identidade e modos de organização que garantem a continuidade da cultura e dos territórios.
- As **redes** são as conexões entre nós, formadas por laços de parentesco, sistemas de trocas, rituais e práticas de manejo do ambiente. Diferentemente das redes capitalistas, que muitas vezes impõem relações desiguais e hierárquicas, as redes comunitárias tradicionais são tecidas por dinâmicas de solidariedade, compartilhamento e autonomia. Essas redes também atravessam dimensões materiais e imateriais, conectando conhecimentos ancestrais, narrativas orais e modos de produção sustentável.
- Já as **tessituras** representam a forma como essas redes se entrelaçam, formando a estrutura da vida comunitária e territorial. A tessitura social e espacial das comunidades tradicionais reflete suas lutas por reconhecimento e direito à terra, assim como sua resistência às forças externas que ameaçam sua existência. Esse tecido, construído ao longo do tempo, é dinâmico e adaptável, permitindo que essas populações reinventem suas práticas sem perder suas raízes.

A abordagem relacional de Raffestin (1993) nos ajuda a entender que o território das comunidades tradicionais não é apenas um espaço físico, mas um espaço vivido, carregado de significados, afetos e relações de poder. Compreender suas redes e tessituras é fundamental para respeitar e fortalecer suas formas de vida, garantindo sua permanência e autonomia em um mundo cada vez mais globalizado e desigual. As comunidades tradicionais constituem e organizam seus territórios a partir de uma lógica própria, enraizada em relações de reciprocidade, pertencimento e interdependência com os contextos naturais e sociais nos quais estão inseridas. Tais comunidades operam por meio de uma racionalidade que diverge das estruturas hegemônicas do capitalismo ocidental, priorizando vínculos sociais, práticas culturais ancestrais e a sustentabilidade de seus modos de vida (Little, 2004; Diegues, 2000).

A abordagem relacional do território proposta por Raffestin (1993) permite compreender essas formas de organização a partir de três categorias interdependentes: nós, redes e tessituras. O território é construído a partir das relações estabelecidas entre

sujeitos, objetos e o espaço, sendo, portanto, um produto social. Assim, os territórios tradicionais não devem ser compreendidos apenas como espaços físicos delimitados, mas como espaços vividos e dotados de significados simbólicos, afetivos e políticos (Raffestin, 1993; Haesbaert, 2004). Os nós configuram os pontos centrais da vida comunitária. São representados por aldeias, quilombos, terreiros, centros de saberes, lideranças e anciãos que articulam práticas culturais, espirituais e produtivas. Esses nós, além de geográficos, são simbólicos, pois concentram memórias coletivas, identidades territoriais e formas de organização sociopolítica (Arruti, 2006; Almeida, 2011). No contexto do Turismo de Base Comunitária, os nós também incluem estruturas de acolhimento, hospedagem e socialização com visitantes, promovendo o intercâmbio de saberes e experiências (Ruschmann, 2007).

As redes, por sua vez, são constituídas pelas conexões entre esses nós. Tais conexões se estabelecem por meio de laços de parentesco, trocas solidárias, festividades, práticas rituais e estratégias de manejo ambiental. Nas comunidades tradicionais, as redes não se baseiam em relações hierárquicas e mercadológicas, como frequentemente ocorre no sistema capitalista global, mas sim em dinâmicas de solidariedade, cooperação e autonomia (Santos, 2006). No Turismo de Base Comunitária, as redes compreendem arranjos colaborativos entre moradores, associações comunitárias, visitantes e instituições de apoio, com o objetivo de promover a valorização cultural e a sustentabilidade econômica, garantindo que os benefícios do turismo permaneçam na comunidade (Ruschmann, 2007).

As tessituras representam a forma como essas redes se entrelaçam, formando o tecido social e territorial da comunidade. Este tecido é constituído por práticas cotidianas, saberes locais, estratégias de resistência e construção coletiva de alternativas de vida. A tessitura territorial das comunidades tradicionais expressa sua luta por reconhecimento, seus direitos à terra e sua resiliência diante das pressões externas, como a expansão do agronegócio, grandes empreendimentos e a mercantilização do turismo (Diegues, 2000; Haesbaert, 2011). No Turismo de Base Comunitária, a tessitura incorpora práticas sustentáveis que respeitam os tempos e modos de vida locais, fortalecem tradições e promovem o uso consciente dos recursos naturais.

Estruturando

Este texto procura desvencilhar a divisão entre o conhecimento objetivo e subjetivo, como em pesquisas tradicionais. Assim, essa produção foi realizada a partir de uma pesquisa-ação-participativa, com a interação entre os pesquisadores e pesquisados - atores locais, em um processo dialógico de aprendizagem e confiança mútuos (Fals Borda, 1973, 1975, 2020). Fals Borda (1970, 1979) coloca que é necessário caminharmos em direção a uma ciência própria militante e destinada ao povo, assim combinando reflexão e ação, se libertando da ciência imperialista, que deforma a cultura e aumenta a dependência. Entendendo que a ciência deve estar a serviço dos direitos humanos fundamentais com a criação de maneiras autênticas de democracia econômica, social e política.

Assim, os interesses teóricos dos pesquisadores e dos atores locais ficam equilibrados, em que os saberes e os conhecimentos populares são contrastados e conectados ao conhecimento acadêmico-científico. De forma que os pesquisados apresentam demandas para uma transformação da sua prática e do seu contexto e o pesquisador se torna um ator comprometido com e para a transformação (Fals Borda, 1970, 1979; Bringel; Maldonado, 2016). Diante dessa contextualização entende-se a história como um processo social, como narrativa, no resgate das memórias dos atores, sem desprestigar a teoria e mediado pelo método, consideram-se os trabalhadores, povos indígenas, comunidades camponesas e afro-americanas como produtores de conhecimento (Bringel; Maldonado, 2016). Nesta pesquisa consideramos uma comunidade tradicional como os atores locais, os sujeitos da pesquisa são indígenas da etnia Guató, mais especificamente, a Presidente da Associação de Mulheres Artesãs Comunidade de Barra de São Lourenço - Renascer (Associação Renascer) como uma iniciativa de Turismo de Base Comunitária.

Os dados se basearam principalmente em dois métodos, na abordagem territorial (Fuini, 2014; Moura; Moreira, 2014; Saquet, 2014; 2018) e na história oral (Alberti, 2013; Meihy, 1996; Meihy; Holanda, 2015). A abordagem territorial considera os atores que desenvolvem relações (territorialidades) de forma multidimensional e histórica no território. Nesse sentido, a utilização da história oral como forma de conduzir a coleta dos dados primários foi extremamente relevante. A história oral é uma técnica de coleta de dados que se caracteriza por realizar entrevistas com atores sociais que são capazes de

testemunhar e relatar acontecimentos, relações, organizações, entre outros itens que permite compreender a construção do território (Silva; Silva, 2020).

Para desenvolver entrevistas utilizando a técnica da história oral, Alberti (2013) destaca a importância de escolher os entrevistados, que são sujeitos sociais capazes de compreender o todo a ser abordado por terem vivenciado. A Abordagem Territorial considera uma ampla gama de relação dos atores sociais com o território para que se possa compreender as identidades formuladas e reformuladas. Nesse sentido, a história oral permite uma exploração mais profunda de todo esse contexto como bem apontado nos trabalhos de Bringmann (2012) e Souza, Silva e Spotti (2013). É relevante salientar que este texto é a primeira produção realizada a partir da pesquisa com foco na análise dos nós, das redes e das tessituras em uma iniciativa de Turismo de Base Comunitária de uma Comunidade Tradicional do Pantanal-Sul. Mas que outras produções, além dos resultados aqui apresentados, darão continuidade apresentando encaminhamentos a partir dessa pesquisa.

Interagindo

O povo Guató pode ser encontrado em Mato Grosso (MT) e em Mato Grosso do Sul (MS), e até mesmo na Bolívia. Ao longo da história esse povo foi perseguido e forçado a se retirar de suas terras pelos fazendeiros e negociantes de peles de animais, inclusive foi considerado extinto em 1957. Entre os anos de 1976 e 1978 houve um processo de identificação dos índios Guató que viviam próximos a Corumbá-MS, depois de muitas ações, em 1994, a ilha Ínsua foi reconhecida como Terra Indígena Guató (Bumblai, 2022).

Houve a homologação da demarcação administrativa da Terra Indígena Guató, em Corumbá-MS, no entanto, apesar disto, muitos indígenas não voltaram, e ficaram espalhados pela região (Brasil, 2003; Bumblai, 2022). Como é o caso da região da comunidade da Barra do São Lourenço, Pantanal-Sul, é habitada por ribeirinhos e a sua maior influência é da etnia indígena Guató (Siqueira; Silva, Silva, 2018). O projeto conhecido como “Renascer” na comunidade da Barra do São Lourenço, criado em 2015, reuniu mulheres indígenas, da etnia Guató, para produzirem artesanato a partir do aguapé, uma planta aquática que ocorre em abundância na região: “*A gente vai coleta [o aguapé], seleciona [...], a gente lava, põe para secar. Não pode pegar chuva, não pode pegar sereno [...]*” (Presidente da Associação). As mulheres passaram a produzir bolsas,

chapéus, cestos e outras peças para comercialização na região e em feiras, tendo como público-alvo os turistas. Nasce a Associação Renascer.

A Presidente da Associação explica o processo de produção do artesanato:

“[O artesanato começou] lá há oitenta anos atrás. E eu tenho uma irmã que se chama Catarina Guató, e ela trabalha com isso desde seus dezoito anos. A sogra dela repassou para ela os trabalhos indígenas. Então é o nosso conhecimento [...]. E a gente vai selecionar, cortar, selecionar tudo bonitinho. Aí a gente vai pôr para secar. Quando acabar de secar, aí a gente vai processar”.

A Figura 1 mostra fotos da Associação e dos artesanatos.

Figura 1 - A Associação Renascer



Fonte: os autores.

A Presidente da Associação explica mais sobre o processo e a matéria-prima utilizada nos contando que

“[O trabalho] é trançar, entrelaçar e montar [...]. Nós fazemos trançados, como vocês veem ali, trançados e entrelaçados. Aí ela veio [uma indígena Guató da aldeia Uberaba] para ensinar a gente a fazer o torcido [entrelaçado]. Esse trabalho aqui, ó, foi ensinado lá pela Guató. Já não é o ‘nossa’. Esse é o aguapé [principal matéria-prima] e aquele roixinho é a folha de lança. Nós fazemos agora, mas não tem, nós que já fomos juntos. Então nós temos tranças, tramados e entrelaçados [...].”

A Figura 2 ilustra os artesanatos trançados, tramados e entrelaçados.

Figura 2 - Artesanato indígena produzido pela Associação Renascer



Fonte: os autores.

Entendendo o território como uma construção, um produto da reprodução social dos atores (Morais, 2018), se vê que o Pantanal tem forte relação com o turismo, o que gira a economia nas comunidades são os turistas. O turismo de pesca em Corumbá-MS ocorre desde o segundo quartel do século XX. Os barcos hotéis tiveram início das suas atividades nos anos de 1970, logo se tornaram uma opção de grande demanda, em especial devido a grande quantidade de espécies pesqueiras. Os barcos hotéis passaram a ser chamados de cruzeiros fluviais oferecendo hospedagem, alimentação, transporte e passeio turístico. A pesca esportiva em Corumbá-MS superou mil empregos diretos em 2003, destacando a inclusão social, visto que o setor absorve pessoas com baixa instrução escolar (Machado; Costa, 2017).

A atividade econômica principal no território estudado se dá em torno do turismo de pesca e a comunidade local volta suas produções para atender a esse público (atuando como pescadores, barqueiros, piloteiros, balseiros e catadores de iscas) e secundariamente oferecem outros bens e serviços (Banducci Júnior, 2006; Girard; Vargas, 2008; Machado; Costa, 2017), como os produtos da Associação Renascer.

A Associação foi organizada a partir do apoio de parceiros, procurando reunir as mulheres da comunidade em torno de uma atividade de geração de renda, para além do atendimento às demandas do turismo de pesca. A Presidente coloca que “*Nós somos catadoras de isca e somos pescadoras [...]. Então, isso aqui foi pensado para que nós trabalhássemos mais em casa [...]. Então a gente foi criar uma ideia para criar uma associação desse formato. A Renascer*”. Explica ainda que “*Renascer significa retomar o nosso conhecimento, a nossa etnia, a nossa origem. E aí, então, começar com o material que a gente tem em abundância [...]. Para trabalhar mais na sombra, em casa*”. Raffestin (1993) coloca que os **nós** são as representações dos pontos centrais da vida comunitária. A Renascer é o centro físico da Associação, que articula conhecimento ancestral e prática na produção de artesanatos pelas mulheres. Os artesanatos produzidos carregam a identidade e promovem a continuidade da cultura e do território. No contexto da Comunidade, representados pelas técnicas de artesanato como o trançado. Os trançados do artesanato produzido parte de um ponto central, se faz a trança e se costura fazendo o contorno da peça.

No início a Associação foi

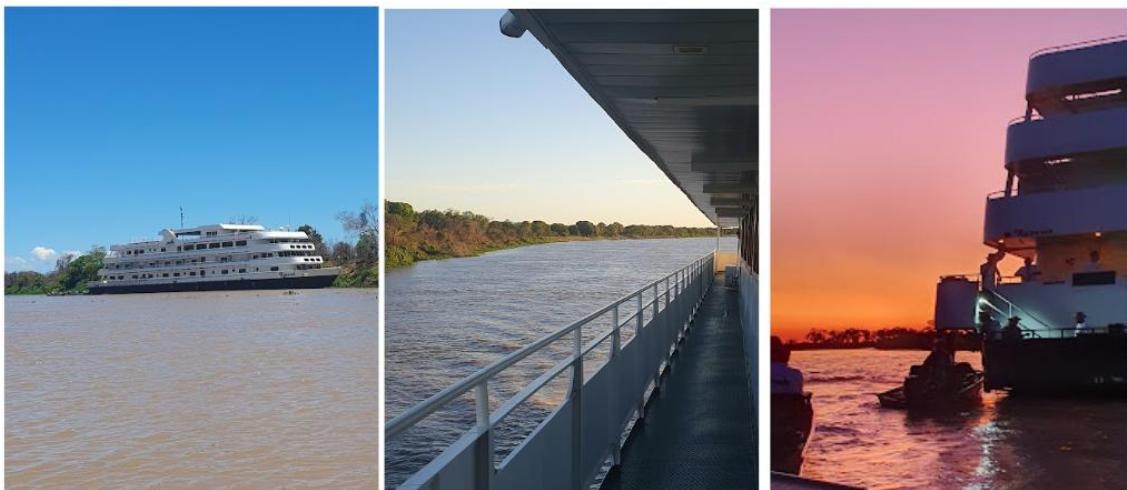
“[...] formada com 19 mulheres. Aí nem todas acreditaram. É assim, a gente já se acostumou a ir lá pegar seu peixe, vender seu peixe, pegar seu dinheiro [...]. Acabamos ficando em cinco mulheres [na Associação]. [Na Barra do São Lourenço] somos cinco que mexem com esse trabalho [artesanato]. Mas lá no Aterro do Binega, temos três que trabalham com doce, bolo, comida [...]. Então elas são associadas. Mas trabalham com comida. Então eles não fazem parte do artesanato de peças, mas sim, de alimentos. Doces, bolos, frutos do cerrado [...]. Porque a cozinha é um processo diferente. Tem que ter toda a estrutura montada. Tem que ter um fogão ok, uma cozinha ok, mesa ok. Para receber o turismo. Elas moram, estudam lá, trabalham lá [...]. Aí eles vão ver que a gente consegue recurso para montar uma cozinha para eles trabalharem com o turismo. Aí eles vão servir doce local” (Presidente da Associação).

Raffestin (1993) expõe que as redes são as conexões entre os “nós”, são conexões formadas por laços familiares, sistemas de troca, rituais e práticas de cuidado com a natureza. A Associação Renascer, que já reuniu 19 mulheres, atualmente tem apenas cinco. Essas mulheres da Barra do São Lourenço trabalham de forma comunitária e tradicional na produção do artesanato, se baseando na solidariedade, compartilhamento e autonomia, unindo conhecimentos ancestrais, histórias orais e formas de produção sustentável. No contexto da Comunidade, os tramados, uma técnica do artesanato produzido se faz a partir da organização da fibra do aguapé de forma padronizada. Organização e padronização são as palavras-chave. Os trançados e os tramados já eram conhecidos pelas mulheres da Barra do São Lourenço (conhecimento ancestral) e o entrelaçado foi ensinado por um indígena Guató de outra aldeia (compartilhamento). A comercialização ocorre na sede da Associação, uma casa de palafitas às margens do Rio Paraguai, que foi construída com recursos de editais e que recebe os turistas. Os produtos identificam a artesã - para facilitar o repasse do valor (autonomia). O espaço é gerido pelas mulheres associadas (solidariedade).

Os principais clientes da Associação Renascer são os turistas, neste sentido a Presidente nos fala que *“[...] está vindo mais grupos [de turistas] para cá [...], tem turismo que vem e olha e alguns interessam levam [compram] e outros não. Só vem, olha e vê [...]. A gente ganha o que eles querem levar”*. Corumbá-MS está localizada em uma região estratégica do Pantanal, o que a torna um ponto de partida ideal para explorar a natureza e a vida selvagem local. A agência de turismo oferta pacotes de turismo de pesca

e de turismo de contemplação no período da piracema, utilizando barco hotel (Figura 3). Os barcos hotéis, são embarcações equipadas para oferecer hospedagem, geralmente com cabines, áreas de convivência e serviços de alimentação, os hóspedes desfrutam de passeios e atividades turísticas diretamente do rio.

Figura 3 - Barco hotel



Fonte: os autores.

A Presidente da Associação explica que

“[O turismo é] maravilhoso. Principalmente nessa época do ano [5 de novembro até o final de fevereiro]. Porque a pesca fechou [...]. Então, eu em pessoa, eu em pessoa, agradeço muito a Dona [da agência]. Porque ela é uma pessoa que não deixa mais a gente sozinho. Encerra o turismo de pesca, ela coloca o ecoturismo [...]. E também ajuda os piloteiros, os cozinheiros e os comandantes, que não ficam sem trabalhar. Então, eu sou muito grata a isso. Porque no passado, a gente não tinha isso. Então, desde que começou a gente não para de trabalhar. Porque, assim, a gente encerra a temporada de pesca, mas a gente continua com isso. Porque é um meio de renda para nós. Não só aqui a trilha Renascer, como toda a margem do Rio”.

A comercialização dos produtos da Associação parece ser dependente comercialmente da agência de turismo. Pelo fato da Associação estar localizada em uma região distante, em que o único meio de transporte é o barco, os clientes - são os turistas - que acessam o espaço da Associação Renascer a partir dos barcos-hotéis da agência de turismo. Seria importante que a Associação pensasse em outros meios de comercializar seus produtos, seja de forma presencial em feiras ou mesmo online, para não ser tão dependente da agência.

Em relação à terra e ao espaço em que vivem, a Presidente da Associação coloca que

“Hoje nós estamos retomando o que é nosso. Nós estamos retomando aquilo que foi tirado de nós [...]. Retomar a nossa origem [...]. Tem muitas coisas que foram tiradas de nós, nós não podíamos atravessar para pescar [...]. Foi tirado o nosso direito de [...] roçar um pedaço e plantar. [...]. Criaram uma área de patrimônio, uma área de conservação. A gente não é contra, porque é nossa natureza, aqui é nosso viver, é nosso ar. Nós dependemos de tudo isso [...]. A gente vive aqui há milhares de anos. Nossas descendências vêm de raízes em raízes. Nós nunca iríamos destruir o que é nosso”.

Complementa dizendo que devido às cheias das águas, parte dos indígenas Guató

“[...] foram morar lá no Aterro do Binega [...]. Eles também fazem parte da mesma associação. A diferença é que eles mudaram daqui para lá e eles mexem com comida, e nós mexemos com esse artesanato. É isso que é a diferença. E eles gostam mais de mexer na comida. Doce, bolo, salgado, essas coisas”.

A Presidente coloca a problemática da terra do povo Guató, mesmo com a demarcação (Brasil, 2003), os indígenas estão espalhados pela região (Bumlai, 2022). Isto enfraquece as ações da Comunidade pois, há perda de autonomia e de conhecimento tradicional, além da fragmentação social e cultural e da dificuldade de reconhecimento e luta por direitos.

Raffestin (1993) explica que as tessituras representam a maneira como as redes formam a estrutura da vida em comunidade, unindo pessoas e território. A forma como as comunidades tradicionais se organizam social e espacialmente mostra suas lutas por reconhecimento e direito à terra, além da sua resistência contra ameaças externas. Essa organização, que se constrói com o tempo, é flexível e se adapta, permitindo que as pessoas renovem suas práticas enquanto mantêm suas raízes. No contexto da Comunidade o entrelaçado, técnica do artesanato produzido foi trazido por uma indígena de outra aldeia - é uma técnica de torcer a fibra, deixando a peça mais estruturada. Mesmo com o Decreto de 10 de fevereiro de 2003, que homologou a demarcação da Terra Indígena Guató, em Corumbá-MS, muitos indígenas não se concentraram neste espaço, e ficaram espalhados pela região (Brasil, 2003; Bumlai, 2022). A Associação promoveu a união, mesmo que pontualmente, das pessoas da mesma etnia a partir da produção de artesanato. Mas a dispersão dos indígenas Guatós fragiliza um maior reconhecimento da etnia (luta e direito à terra).

Ainda sobre o entrelaçado, a Associação Renascer se mostra como flexível e adaptada a realidade do turismo no Pantanal, vendo esse movimento de turistas e a parceria com uma agência, como oportunidades para comercializar produtos e gerar renda para as mulheres - mantendo suas raízes (mulher Guató que produz artesanato a partir da fibra do aguapé) renovando as suas práticas com novos produtos, sendo comercializados para os turistas. Entretanto, essa relação com a agência de turismo, parece demonstrar dependência comercial.

Contribuindo

Esse texto propôs a fazer uma análise de nós, redes e tessituras em uma iniciativa de Turismo de Base Comunitária de uma Comunidade Tradicional do Pantanal-Sul e a análise do caso da Associação Renascer revelou a complexidade e a resiliência com que a comunidade constrói e reconfigura seu território. Os nós, representados pelo centro físico da Associação e pelas mulheres artesãs, são núcleos de conhecimento ancestral, de identidade Guató e de resistência cultural. Eles se conectam por meio de redes de solidariedade, trocas de saberes e práticas que divergem da lógica capitalista, priorizando a autonomia e o compartilhamento. A introdução do Turismo de Base Comunitária e a parceria com a agência de turismo mostram como essas redes se expandem e se adaptam, criando novas dinâmicas econômicas sem, no entanto, romper totalmente com os valores comunitários. O artesanato, nesse contexto, transcende sua função de produto comercial e se torna um meio de rearticulação cultural e de fortalecimento da identidade, ao mesmo tempo que gera renda e autonomia para as mulheres.

A tessitura resultante desse processo é um tecido social e territorial dinâmico, que reflete as lutas e as adaptações da comunidade Guató. A flexibilidade em adaptar o artesanato às demandas do ecoturismo e a criação de parceria são exemplos de como a comunidade se fortalece, mantendo suas raízes. Esse tecido não é estático. Ele está em constante movimento de territorialização e re-territorialização, mostrando que a cultura e a identidade podem ser preservadas e renovadas por meio da ação coletiva e da apropriação de novas oportunidades, como o Turismo de Base Comunitária, de forma autônoma e estratégica. Ainda assim, é importante colocar que a dispersão de parte da etnia e a dependência comercial da agência de turismo são desafios estruturais, a serem

pensados pela Comunidade. Com a ideia de contribuir com discussões, mas sem esgotar o assunto, lançamos alguns indícios para a compreensão em uma iniciativa de Turismo de Base Comunitária em uma Comunidade Tradicional, neste sentido, considerando as técnicas do artesanato produzido pela Associação Renascer, colocamos que:

- Trançado é um ponto central, que pode ser físico, material ou uma pessoa, que se expande com os saberes e fazeres da comunidade, a partir de memórias, podendo atrelar novos conhecimentos e práticas, e que resulta na manutenção (e reforço) da identidade, da cultura e do próprio território;
- Tramado é a organização e a padronização dos processos administrativos de produção e comercialização a partir da realidade da comunidade, considerando as pessoas associadas, os compartilhamentos de espaço e de conhecimentos e práticas, a autonomia na produção e a solidariedade quanto ao espaço e comercialização; e,
- Entrelaçado é a estruturação reunindo as pessoas, a comunidade e o território, com flexibilidade e adaptação de práticas procurando manter suas origens, com parcerias visando o fortalecimento de suas lutas e seus direitos.

Este estudo possui algumas limitações importantes a serem consideradas, a principal delas é o foco específico em um único grupo de artesãs, o que impede a generalização dos resultados para outras comunidades tradicionais ou iniciativas de Turismo de Base Comunitária. Além disso, a pesquisa se baseou predominantemente em dados qualitativos, como a história oral e o relato da Presidente da Associação, o que pode trazer um viés específico e limitar a percepção de conflitos internos ou de perspectivas de outros membros da comunidade. Estudos futuros poderão contribuir com questões específicas para a expansão da compreensão sobre o Turismo de Base Comunitária em comunidades tradicionais ou uma investigação a longo prazo dos impactos das parcerias com agências de turismo na autonomia e na governança da Renascer ou ainda uma análise de como as novas territorialidades do Turismo de Base Comunitária se articulam com outras atividades econômicas locais e como essa diversificação afeta a distribuição de renda e o poder dentro da comunidade.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT).

Referências

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. **Cadernos do Naea**, n.10, p.163-96. 1989.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Territórios e territorialidades específicas: uma introdução ao tema**. Manaus: UEA Edições, 2011.
- ARAÚJO, Geraldino Carneiro de; ZANETONI, João Pedro Ferraz; DUPAS, Elaine; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. As territorialidades da produção de mel pelos ribeirinhos do Pantanal de Mato Grosso do Sul. **Revista Territorial**, v. 12, n. 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.31668/rt.v12i01.14145>
- ARRUTI, José Maurício. Cidadania e direitos dos povos tradicionais: os quilombolas e o reconhecimento de suas identidades e territórios. In: LEITE, Iara (org.). **Direitos humanos e povos tradicionais**. Brasília: Comissão Pró-Índio, 2006.
- BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. **Catadores de iscas e o turismo da pesca no Pantanal Mato-Grossense**. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2006.
- BICALHO, Ana Maria de Souza Mello; HOEFLER, Scott William; ARAÚJO, Ana Paula Correia de. Ribeirinhos em Resistência à Gestão Biocêntrica de Unidades de Conservação Pública e Privada no Pantanal. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 205-235, out./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2020.38022>
- BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela Doin de. A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira (Org.). **Ambientes: estudos de geografia**. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia /UNESP, 2003. p. 235-248.
- BRASIL. **Decreto de 10 de fevereiro de 2003**. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Guató, localizada no Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2003/dnn9820.htm Acesso em: 18 set. 2025

BRINGEL, Breno; MALDONADO, E. Emiliano. Pensamento Crítico LatinoAmericano e Pesquisa Militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação. **Revista Direito e Práxis**, n. 7, v. 13, p. 389-413, 2016. DOI: <https://doi.org/10.12957/dep.2016.21832>

BRINGMANN, Sandor Fernando. História Oral e História Indígena: Relevância social e problemática das pesquisas nas Terras Indígenas brasileiras. **Revista Latino-Americana de História**, v. 1, n. 4, p. 7-23, 2012.

BUMLAI, Danielle Urt Mansur. **Análise Metalexicográfica de uma Obra Indígena Guató**. 2022. 205 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/235528> Acesso em: 15 set. 2025.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira; SILVA, Viviane Capezzuto Ferreira da; FIGOLS, Francisca Aida Barboza; ANDRADE, Daniela. **Os saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2000.

FALS BORDA, Orlando. **Ciencia propia y colonialismo intelectual**. México: Editorial nuestro tiempo, 1970.

FALS BORDA, Orlando. Reflexiones sobre a aplicación del método de Estudio-Acción en Colombia. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 35, n. 1, 1973. DOI: <https://doi.org/10.2307/3539564>

FALS BORDA, Orlando. **Historia de la cuestión agraria en Colombia**. Bogotá: Publicaciones de la Rosca, 1975.

FALS BORDA, Orlando. **Historia doble de la costa**. Bogotá: Valencia Editores, 1979.

FALS BORDA, Orlando. Experiências teórico-práticas. **Cadernos CIMEAC**, v. 10, n. 3, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18554/cimeac.v10i3.5010>

FERREIRA, Denison da Silva. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **Revista Campo-Território**, v. 9, n. 17, p. 111-135. 2014. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT91719883>

FUINI, Lucas Labigalini. A territorialização do desenvolvimento: construindo uma proposta metodológica. **Interações**, v. 15, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1518-70122014000100003>

GIRARD, Pierre; VARGAS, Icléia A. de. Turismo, desenvolvimento e saberes no Pantanal: diálogos e parcerias possíveis. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 61-76, jul./dez. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v18i0.13424>

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Território(s) numa perspectiva latino-americana. **Journal of Latin American Geography**, v. 19, n. 1. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1353/lag.2020.0007>

LITTLE, Paul Elliot. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico/2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

MACHADO, Ronan Xavier; COSTA, Edgar Aparecido da. O turismo de pesca em Corumbá, na fronteira Oeste do Brasil. **Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR**, Penedo, v. 7, n. 1, maio/ago. 2017, p. 36-48.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. 4. reimpr. São Paulo: Contexto, 2015.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAIS, Hugo Arruda. Território e territorialidades: dimensões constitutivas da relação homem e meio ambiente. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.11, n.01, p. 206-222. 2018. DOI: <https://doi.org/10.26848/rbgf.v10.6.p206-222>

MOURA, Joana Vaz; MOREIRA, Ivaldo Sousa. A abordagem territorial do desenvolvimento a partir da perspectiva relacional: uma proposta teórica preliminar. **Redes**, v. 19, n. 1, p. 58-73, jan.-abr./2014. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v19i1.2454>

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBO, Anelise Graciele; FILIPPI, Eduardo Ernesto. A abordagem territorial e escalar nos estudos sobre o desenvolvimento rural: uma proposta teórico-metodológica. **Ambiência** (UNICENTRO), v. 8, p. 699-719, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5777/ambiciencia.2012.03.06>

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e desenvolvimento sustentável**: a perspectiva do turismo de base comunitária. Campinas: Papirus, 2007.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record. 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SAQUET, Marcos Aurelio. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. **Revista Campo-Território**, v. 1, n. 1, p. 60-81. 2006. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT1111780>

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.) **Território e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009.

SAQUET, Marcos Aurelio. Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas. Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional. **Mercator**, v. 13, n. 2, p. 125-143. 2014. DOI: <https://doi.org/10.4215/RM2014.1302.0009>

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SAQUET, Marcos Aurelio. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 3, p. 479-505, set.-dez./2018. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n3p479>

SILVA, Lucas Antonio da. **Os materiais de pesca fluindo**: uma arqueologia com os pés na água. 2018. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Danilo Assunção da; SILVA, Ricardo Oliveira da. Trabalho e economia solidária na formação identitária do Assentamento Florestan Fernandes. **Diversitas Journal**, v. 5, n. 2, p. 1398-1410. 2020. DOI: <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v5i2-1128>

SIQUEIRA, André Luiz; SILVA, Aguinaldo; SILVA, Beatriz Lima de Paula. Áreas Protegidas no Pantanal: Comunidade Tradicional da Barra do São Lourenço na fronteira Brasil/Bolívia-região de Corumbá-MS. **Ra'e Ga**, v. 45, n. 1, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5380/raega.v45i1.50559>

SOUZA, Edevaldo A.; PEDON, Nelson R. T. Território e Identidade. **Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v. 1, n. 6, p. 126-148. 2007.

SOUZA, Carla Monteiro de; SILVA, Maria Georgina dos Santos Pinho; SPOTTI, Carmem Véra Nunes. "A força de contar histórias": Tradição oral indígena e história oral em Roraima. **Tempos Históricos**, v. 17, n. 2, p. 213-232, 2013. DOI: <https://doi.org/10.36449/rth.v17i2.9886>

SVAMPA, Maristella. **Debates latino-americanos**: indianismo, desarollo, dependenciay populismo. Buenos Aires: Edhasa. 2016.

WAGNER, Gustavo Peretti; SILVA, Lucas Antonio da; HILBERT, Lautaro Maximiliam. O Sambaqui do Recreio: geoarqueologia, ictioarqueologia e etnoarqueologia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 15, n. 2, p. 1-12, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0084>

WAGNER, Gustavo Peretti; SILVA, Lucas Antonio da. "Outros pesqueiros": apontamentos sobre a pesca, os pescadores e os ambientes do Sul do Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 16, n. 1, e20200024, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0024>

Recebido em 15/08/2025.

Aceito para publicação em 29/09/2025.